



**Resposta à interpelação escrita apresentada pela deputada à  
Assembleia Legislativa, Kwan Tsui Hang**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração o parecer da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ), é submetida a resposta à interpelação escrita pela Senhora Deputada Kwan Tsui Hang, de 14 de Julho de 2014, enviada a coberto do ofício n.º 637/E520/V/GPAL/2014 da Assembleia Legislativa de 16 de Julho de 2014:

1. O Governo da RAEM tem estado atento ao impacto que os estabelecimentos de “slot machines” e centros de apostas têm para as zonas comunitárias, pelo que há vários anos deixou de apreciar e autorizar novos pedidos de instalação de estabelecimentos de “slot machines” ou centros de apostas independentes. Em 2012, para melhor implementar a política de afastar os estabelecimentos de “slot machines” das zonas comunitárias, o Governo da RAEM promulgou o Regulamento Administrativo “Regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo” para tratar, a nível jurídico, daqueles estabelecimentos de “slot machines” que relativamente mais afectem a vida da população. De acordo com o estipulado, no ano de 2013, já houve 5 estabelecimentos de “slot machines” instalados nas zonas habitacionais ou não comerciais deixaram de funcionar ou realocalizaram. Isto, porém, não é o fim, uma vez que o objectivo final da política para a indústria do jogo do Governo da RAEM é acabar com todos os estabelecimentos de “slot machines” instalados separadamente fora dos casinos. Para isso, o Governo da RAEM irá exigir concretamente às empresas do jogo quando fizer, nos anos de 2015 e 2016, a revisão da próxima fase do desenvolvimento global da indústria do jogo de Macau.

Em relação aos centros de apostas, em 2008, houve 19 centros de apostas mútuas ou de lotaria em Macau, dos quais cerca de metade foram instalados nas zonas comunitárias. Após o impulsionamento do Governo da RAEM, até hoje, restam apenas 11 centros de apostas e o número dos centros de apostas instalados nas zonas comunitárias diminuiu acentuadamente para 4. Na revisão da próxima fase do desenvolvimento global da indústria do jogo, a DICJ irá ouvir as opiniões da população e do sector em causa e terá como referência a experiência do afastamento dos estabelecimentos de “slot machines” fora das zonas comunitárias, no sentido de



estudar os locais para a instalação dos centros de apostas. Presentemente, o Governo da RAEM, para além de continuar a encorajar as sociedades concessionárias a relocar os seus estabelecimentos de “slot machines” e centros de apostas independentes para fora das zonas comunitárias, também está atento ao impacto que os estabelecimentos dos jogos de fortuna ou azar têm para a sociedade, tomando medidas adequadas nos casos necessários para proteger a população.

2. O Governo da RAEM tem supervisionado os conteúdos de todos os tipos de publicidade nos termos legais e a Direcção dos Serviços de Economia (DSE), de acordo com as competências legalmente atribuídas, procede à monitorização dos conteúdos de publicidade enquadráveis no seu âmbito de fiscalização, incluindo publicidade que transmite principalmente informação relativa às actividades de jogo de fortuna ou azar. Mediante o envio do pessoal para efectuar vistorias em todas as zonas, associado com encaminhamento por outros serviços, diversos jornais, media electrónicos, internet e informação social, a DSE procede, continuamente, à sua fiscalização. Caso se verifique conteúdos publicitários contrários aos preceitos legais, toma logo medidas de acompanhamento, aplicando sanções nos termos legais e mandando o proprietário dos media publicitários, as empresas e os clientes de publicidade para retirar ou alterar o conteúdo publicitário ou remover a publicidade. Ao mesmo tempo, a DSE também, conforme necessidade, reúne não periodicamente com as operadoras do jogo ou respetivas entidades de exploração de publicidade, alertando-os sobre as suas responsabilidades e os assuntos que devem prestar atenção.

Desde o ano passado até hoje, com base nas informações recolhidas, a DSE acompanhou e tratou vários anúncios do jogo com problemas. Tendo em conta o desenvolvimento constante sócio-económico, os conceitos, as estratégias e os meios promocionais da publicidade tornam-se cada vez mais inovadores, particularmente com o aparecimento sucessivo de diversos tipos de novos meios publicitários emergentes, sendo possível que os casos de conteúdos publicitários contrários aos preceitos legais sejam relativamente mais frequentes. A DSE continuará a reforçar a execução da lei com base actualmente obtida, colaborando empenhadamente com o plano de trabalho e o objectivo da acção governativa respeitantes ao reforço do controlo do jogo e à promoção activa do jogo com responsabilidade, no sentido de aliviar o impacto negativo da indústria do jogo para com as zonas comunitárias.



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

經濟局

Direcção dos Serviços de Economia

Por outro lado, tendo em consideração que nos termos da lei de publicidade actualmente vigente, a competência de fiscalização é repartida entre a DSE, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, os Serviços de Saúde e a Direcção dos Serviços de Turismo, pelo que através da cooperação inter-departamental efectuaremos, de forma positiva, as trocas de informações, investigando e sancionando em conjunto os anúncios ilegais cujo conteúdo susceptível de inveracidade ou fraude, a fim de elevar a eficácia de execução da lei em geral.

Aos 26 de Agosto de 2014.

O Director dos Serviços,  
Sou Tim Peng